



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 05 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019.**

**TERMO ADITIVO N. 05 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019 (EVENTO 0482208)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO N. 0002306-16.2019.6.22.8000**

**CONTRATAÇÃO VIA DISPENSA DE LICITAÇÃO, FUNDAMENTADA NO ARTIGO 24, II, DA LEI 8.666/1993**

**TERMO ADITIVO À CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE/RO E A EMPRESA PAZ AMBIENTAL LTDA, REFERENTE AOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO E DESCARTE DO LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELA SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO ODONTOLÓGICA DO TRE-RO (SAMES).**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 10.331.865/0001-94, com sede na Gleba Corumbiara, setor 12, lote 58/2E, CEP: 76.980-000, em Vilhena/RO, Telefone(s): (69) 3322-6752, E-mail(s): [coleta.pazambiental@gmail.com](mailto:coleta.pazambiental@gmail.com) e [pazambientalvha@gmail.com](mailto:pazambientalvha@gmail.com), neste ato representada pelo senhor **ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*317-SSP/RO e do CPF \*\*\*.109.302-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: DESPACHO Nº 1468/2023 - PRES/DG/GABDG, de 07/12/2023 (evento [1093455](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente TERMO ADITIVO, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**1) Registrar o 1º reajuste à Carta-Contrato 24/2019 (evento 0482208), no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2023 (considerando que a apresentação da proposta da Contratada, no caso concreto, deu-se em 04 de outubro de 2019), conforme a seguir resumido:**

<b>Valor mensal inicial contratado</b>	<b>Valor anual inicial contratado</b>	<b>IPCA (%) novembro/2022 a outubro/2023 (Índice: 1,04819250*)</b>	<b>Valor mensal após o 1º reajuste</b>	<b>Valor anual após o 1º reajuste</b>	<b>Diferença/impacto mensal a ser reajustada</b>	<b>Diferença/impacto anual a ser reajustada</b>
R\$ 180,00	R\$ 2.160,00	4,819 %	R\$ 188,67	R\$ 2.264,04	R\$ 8,67	R\$ 104,04

Fonte: Informação 141/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (evento [1085008](#) do Processo SEI respectivo) e alguns ajustes efetuados pela SECONT.

\*Site: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> (evento [1085049](#)).

**2) Incluir o item 26 na CLÁUSULA SÉTIMA da Carta-Contrato nº 24/2019/TRE-RO (evento 0482208), para inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução n. 31/2023/TRE-RO, o qual constar**

[...]

26. A CONTRATADA deverá observar e cumprir a Resolução nº 31, de 25 de agosto de 2023, deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, havendo ocorrências.

[...]

**Subcláusula Primeira** – Nos eventos [1085008](#) e [1088979](#) do Processo referido, a unidade gestora apresenta informações detalhadas para o presente Termo Aditivo.

**Subcláusula Segunda** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total estimado deste termo aditivo é de **R\$ 121,38** (cento e vinte um reais e trinta e oito centavos), correspondente ao impacto do reajuste indicado na Primeira Cláusula deste instrumento, para o período de vigência contratual, conforme a seguir resumido:

<b>IMPACTO FINANCEIRO DO REAJUSTE PELO PERCENTUAL DE 4,819% DURANTE A VIGÊNCIA DA CARTA-CONTRATO</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2023</b>		
Valor inicial mensal sem reajuste	Valor mensal reajustado	Valor do Impacto - Meses de novembro e dezembro/2023
<b>R\$ 180,00</b>	<b>R\$ 188,67</b>	<b>R\$ 17,34</b>
<b>EXERCÍCIO DE 2024</b>		
Valor inicial mensal sem reajuste	Valor mensal reajustado	Valor do Impacto - Meses de janeiro a dezembro/2024
<b>R\$ 180,00</b>	<b>R\$ 188,67</b>	<b>R\$ 104,04</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Valor Total do Impacto do reajuste</b>
<b>R\$ 121,38</b>

Fonte: Informação 143/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (evento [1088979](#) do Processo SEI respectivo).

<b>Valor do Impacto deste 1º reajuste em 2023 (novembro e dezembro/2023)</b>	<b>R\$ 17,34</b>
<b>Valor do Impacto deste 1º reajuste em 2024 (janeiro a dezembro/2024)</b>	<b>R\$ 104,04</b>
<b>Valor Total do Impacto deste 1º reajuste durante a vigência da carta-contrato</b>	<b>R\$ 121,38</b>

**Subcláusula Primeira** – As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante Nota de Empenho 2023NE000041, de 09/01/2023 (evento [1096957](#)), a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor total atualizado desta Carta-Contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 2.264,04 (dois mil duzentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos).

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 65, §8º, no art. 40, XI, e no art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93 e na CLÁUSULA DÉCIMA, Subcláusula Sétima da Carta-Contrato supramencionada (reajuste) e com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.666/1993 (alteração/retificação/inclusão de informações).

**DA RATIFICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUARTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA QUINTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 05 À CARTA-CONTRATO N.  
24/2019/TRE-RO**

**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Valor inicial da Contratação, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo e de supressão deste aditivo em relação ao valor inicial do contrato  (art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 )</b>
Carta-Contrato 24/2019, assinada em 28/11/2019 – Volume III do PA (evento <a href="#">0482208</a> ).  Vigência: 01/01/2020 a 01/01/2021.	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 01, assinado em 20/10/2020 – Volume XI do PA (evento <a href="#">0607999</a> ).  Prorrogação contratual (02/01/2021 a 01/01/2022).	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 02, assinado em 24/11/2021 – Volume XXV do PA (evento <a href="#">0764486</a> ).  Prorrogação contratual (02/01/2022 a 01/01/2023).	R\$ 2.160,00	-
Termo Aditivo 03, assinado em 23/09/2022 – Volume XXXV do PA (evento <a href="#">0904219</a> ).  Prorrogação contratual (02/01/2023 a 01/01/2024).	R\$ 2.160,00	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Termo Aditivo 04, assinado em 18/10/2023 – Volume XLIX do PA (evento <a href="#">1072221</a>).</p> <p>a) Prorrogação contratual (02/01/2024 a 01/01/2025); e</p> <p>b) Inclusão de cláusula sobre obrigatoriedade de cumprimento da LGPD;</p>	R\$ 2.160,00	-
<p>Termo Aditivo 05, assinado em __/12/2023 – Volume LIII do PA (evento <a href="#">1097010</a>).</p> <p>a) Registrar o 1º reajuste à Carta-Contrato 24/2019, no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento), decorrente da variação do IPCA aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023; e</p> <p>b) Inclusão do item 26 na Cláusula Sétima da Carta-Contrato, sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação.</p>	R\$ 2.264,04	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/12/2023, às 12:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCOS CARAMURU DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 12/12/2023, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/12/2023, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 12/12/2023, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1097010** e o código CRC **5E27234C**.

0002306-16.2019.6.22.8000

1097010v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 141/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

À SAOFC,

Considerando prorrogação do Contrato 24/2019, por meio do Termo Aditivo N. 04 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019 ([1072221](#)) assinado em 16/10/2023, por mais 12 meses, a contar de 02/01/2024.

**Considerando Clausula do Reajuste:**

**Subcláusula Sétima** – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quanto ao reajuste anual informamos que marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento, que no caso concreto deu-se em 04 de outubro de 2019 ([0464957](#)).

Considerando que o índice do IPCA de novembro de 2022 a outubro de 2023 foi de 4,81%, conforme consulta no site <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice> - calculadora do cidadão ([1085049](#)).

Diante do exposto encaminho abaixo tabela com os valores reajustados a serem implementados a partir de Janeiro de 2024, considerando os cálculos realizados, anexa a esta informação [1085049](#).

Valor Aplicado (parcela mensal)	IPCA novembro/2022 a outubro/2023	Diferença unitária a ser reajustada	valor unitario após o reajuste	Total necessário para execução do contrato até dezembro de 2024 (janeiro /dezembro)
R\$ 180,00	4,81 %	R\$ 8,67	R\$ 188,67	R\$ 2.264,04

Impacto orçamentário do reajuste em 2024 (Janeiro a Dezembro)		
valor antes do reajuste	valor reajustado	Impacto orçamentário para o exercício de 2024
\$ 2.160,00	\$ 2.264,04	R\$ 104,04

Portando encaminho os autos para análise e prosseguimento dos tramites processuais quanto ao reajuste contratual e elaboração de Apostila ao Termo Aditivo N. 04 À CARTA-CONTRATO TRE-RO N. 24/2019 ([1072221](#)) a fim de incluir o novo valor do contrato.

Atenciosamente,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Chefe de Seção**, em 14/11/2023, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1085008** e o código CRC **24CC5BF6**.

0002306-16.2019.6.22.8000

1085008v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **INFORMAÇÃO Nº 143/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

Em complemento à INFORMAÇÃO Nº 141/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([1085008](#)), retifico os valores relativos ao impacto do reajuste anual, nos seguintes termos:

Diante do exposto encaminho abaixo tabela com os valores reajustados a serem implementados a partir de novembro de 2023, considerando os cálculos realizados, anexa a esta informação ([1085049](#)):

<b>Impacto orçamentário do reajuste (valores em R\$)</b>		
<b>EXERCÍCIO DE 2023</b>		
Valor mensal antes do reajuste	Valor reajustado	Meses de novembro e dezembro/2023
180,00	188,67	17,34
<b>EXERCÍCIO DE 2024</b>		
Valor mensal antes do reajuste	Valor reajustado	Meses de janeiro a dezembro/2024



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

180,00	188,67	104,04
<b>Impacto orçamentário total do reajuste</b>		
<b>121,38</b>		

Informo que, em relação ao impacto para o exercício corrente:

( x ) Haverá necessidade de reforço da Nota de Empenho 2023NE00041 no valor de R\$ 17,34 (dezessete reais e trinta e quatro centavos), que será custeada pela seguinte fonte ADMMATMOD (Material de consumo farmacológico, hospitalar e odontológico) .

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Chefe de Seção**, em 24/11/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1088979** e o código CRC **458F6CE4**.

0002306-16.2019.6.22.8000

1088979v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

ASSUNTO: Inclusão de cláusula e reajuste – Carta-Contrato nº 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 282 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo iniciado pelo Serviço de Assistência Médica e Social - SAMES ([0457854](#)), no qual se deu a contratação da empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA – EPP, CNPJ/MF nº 10.331.865/0001-94**, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993 para execução de serviços de coleta e descarte de lixo hospitalar infectante deste Tribunal, materializada na Carta-contrato nº 24/2019 ([0482208](#)).

**02.** Na Solicitação nº 141/2023 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([1085008](#)), a Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) informa ao titular da SAOFC a necessidade de aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima da referida avença, além de demonstrar o impacto orçamentário do reajuste para os exercícios de 2023 e 2024.

**03.** Por meio do Despacho 2764/23 ([1085146](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à SECONT para lavratura da minuta do termo aditivo, com posterior análise pela AJSAOFC.

**04.** Noutro giro, a COFC informou que se tratava de previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual **não se fazia possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro**, dos valores a serem executados em 2024, por **depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME ([1085304](#)).

**05.** Assim, juntou-se ao processo a minuta de termo aditivo ao Contrato originário para o registro pretendido ([1087643](#)).

**06.** Contudo, a Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) juntou aos autos informação complementar ([1088979](#)) referente ao impacto orçamentário do reajuste para os meses de novembro e dezembro de 2023, com necessidade de reforço de empenho, além das informações relacionadas de janeiro a dezembro do exercício de 2024.

**07.** Dando continuidade ao procedimento, o SAOFC remeteu novamente o feito à COFC para programação orçamentária da despesa no exercício vindouro e o devido reforço da Nota de Empenho 2023NE00041.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** Para cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, a COFC informou que a despesa pretendida pela Administração para os meses de novembro e dezembro de 2023 está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1089960](#)).

**09.** Assim, juntou-se ao processo a nova minuta de termo aditivo ao Contrato originário considerando o impacto dos meses de novembro e dezembro de 2023 e o exercício de 2024 para o registro pretendido ([1090101](#)).

**10.** Dessa forma instruídos, aportaram os autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1087644](#)). É o necessário relato.

## **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**11.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002306-16.2019.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

**12.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**13.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**14.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

#### **3.2 Do reajustamento de preços:**

**15.** O reajuste tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, tratando-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente na Carta-Contrato nº 24/2019. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA**– Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93..

(....)

**Subcláusula Sétima** – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

**16.** Segundo **Marçal Justen Filho**, o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

**17.** Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:

*Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário***

*E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio. Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)*

**18.** Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

### ***DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO***

*13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.*

...

*13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."*

....

*O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:*

...

*8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:*

...

*b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.*

**19.** Vale apresentar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos texto do **Parecer n. 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

*39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.*

(...)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).*

*42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.*

*43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.*

(...)

**20.** No caso em análise, em que pese o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração, registra-se que a Contratada renunciou expressamente aos reajustes a que teria direito até o mês de outubro de 2022, por meio do evento ([0894097](#)), fato já analisado e tido como regular por esta Assessoria por meio dos **Pareceres Jurídicos nº 175/2022** ([0898860](#)) e **nº 180/2023** ([1048945](#)).

**21.** Apesar disso, consignou-se nos pareceres supracitados, dentre outros elementos, que o direito ao reajuste é **renovado periodicamente (anual)**, motivo pelo qual a renúncia expressa consolidada no evento ([0894097](#)) já havia sido superada pelo novo pedido de prorrogação assinado ([1072221](#)), no qual a contratada não renovou expressamente a renúncia antes manifestada, e que a Administração, na verificação da próxima data-base do contrato, que ocorreria no mês de outubro de 2023, deveria apurar o percentual de variação do IPCA no período de outubro/22 a outubro/23 (mês da apresentação da proposta da contratada) e corrigir os valores contratados, com o devido registro em termo equivalente.

**22.** Assim, cumpridos os requisitos necessários, com fundamento no **art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93** e na **Cláusula Décima, Subcláusula Sétima** do Contrato nº 24/2019, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade de concessão do reajuste informado pela SAMES, na forma da tabela constante da solicitação de nº 141/2023 ([1085008](#)), complementada pela informação nº 143/2023 ([1088979](#)), no valor percentual de **4,819% (quatro inteiros e oitocentos e**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**dezenove milésimos por cento**), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme consulta realizada à calculadora do cidadão em serviço administrado pelo Banco Central do Brasil ([1085049](#)), aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023, com efeitos financeiros a partir de outubro de 2023.

### **3.3 Da análise da minuta do termo aditivo:**

**23.** Além dos registros dos atos de reajustamento, nota-se, ainda, a inclusão da Cláusula Sétima ao Contrato TRE-RO nº 24/2019 para constar a obrigação de observância à inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução n. 31/2023/TRE-RO.

**24.** Nesses termos, a minuta do 5º Termo Aditivo ([1090101](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

## **IV – CONCLUSÃO**

**25.** Nesses termos, considerando, sobretudo, as manifestações da unidade gestora ([1085008](#)) ([1088979](#)), trazendo ainda a este as conclusões dos **Pareceres Jurídicos nº 175/2022** ([0898860](#)) e **nº 180/2023** ([1048945](#)), esta assessoria jurídica opina:

**I -** Pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual da variação do **índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, com fundamento no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato nº 24/2019.

**26.** Importa ainda destacar a necessária **notificação** da contratada quanto à inclusão da nova obrigação imposta pelo item 26 na Cláusula Sétima do Contrato TRE-RO nº 24/2019.

**27.** Para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo ([1090101](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**28.** Conforme já apontado no item 8 deste parecer, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário corrente e programação orçamentária da despesa para os meses de novembro e dezembro de 2023 ([1089960](#)).

**i.** Relevante ressaltar que, em que pese não ser possível momentaneamente a efetivação da programação e efetiva reserva orçamentária para o referido reajuste no ano de 2024, tem-se que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramitando sob a égide do processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), possui previsão do montante solicitado e destinado a despesas com o objeto desta contratação, conforme se extrai da informação COFC ([1085304](#)).

**29.** Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único.** Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assistente Jurídico**, em 30/11/2023, às 17:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 30/11/2023, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1092091** e o código CRC **E7F960E1**.

0002306-16.2019.6.22.8000

1092091v10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002306-16.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Inclusão de cláusula e reajuste – Carta-Contrato n. 24/2019 – Contratada: PAZ AMBIENTAL LTDA. – EPP. Análise.

**DESPACHO Nº 1468 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA – EPP, inscrita sob o CNPJ/MF n. 10.331.865/0001-94, para execução de serviços de coleta e descarte de lixo hospitalar infectante deste Tribunal, materializada na Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), atualmente em plena vigência.

Por meio das Informações n. 141 ([1085008](#)) e n. 143 ([1088979](#)), a SAMES - gestora do contrato - informou a necessidade de aplicação do reajuste contratual previsto na subcláusula sétima da referida avença, no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2023 (considerando que a apresentação da proposta da Contratada, no caso concreto, deu-se em 04 de outubro de 2019).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À vista disso, a SAOFC remeteu o feito à COFC, para prestar informações acerca da disponibilidade orçamentária para arcar com a eventual prorrogação contratual, no próximo exercício financeiro; à SECONT, para elaborar minuta de instrumento contratual; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico ([1085146](#) e [1089723](#)).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 ([1089919](#)). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária da despesa no exercício de 2023, no valor de R\$ 17,34 (dezessete reais e trinta e quatro centavos) ([1089960](#)). Noutro giro, a COFC informou que se trata, ainda, de previsão de execução de despesas no exercício financeiro de 2024 para o qual não é possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2024, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024 e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME ([1085304](#)).

A SECONT elaborou a minuta de Termo Aditivo n. 5 ([1090101](#)) à Carta-Contrato n. 24/2019 e encaminhou à Assessoria Jurídica da SAOFC ([1090102](#)), a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no referido percentual da variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com fundamento no art. 40, inciso XI; e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato n. 24/2019 ([1092091](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pelo deferimento do 1º reajuste de preços, no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento), decorrente da variação do IPCA aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023; e pela inclusão do item 26 na Cláusula Sétima da Carta-Contrato, que diz respeito a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, regulamentado no âmbito deste Regional por meio da Resolução TRE-RO n. 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução CNJ n. 351/2020. ([1092740](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente cabe registrar que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 8.666/93. Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769/2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133/2021, estabelece que os contratos firmados no regime da referida lei serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, como é o caso sob análise.

Na presente ocasião, conforme relatado, a unidade gestora do contrato registra a necessidade de adoção de medidas para operacionalização de reajuste da avença.

Analisando os autos, verifica-se que a pretensão de reajuste dos preços do contrato tem amparo no art. 40, inciso XI, e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93. Trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato n. 24/2019.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o poder-dever da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise verifica-se tratar de reajuste aplicado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, previsto em cláusula contratual, referente ao período de novembro de 2022 a outubro de 2023, com efeitos financeiros sobre a contratação mencionada a partir de outubro de 2023, no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento) decorrente da variação do referido índice no período citado, acarretando um impacto financeiro de R\$ 121,38 (cento e vinte um reais e trinta e oito centavos).

Dessa forma, cumpridos os requisitos previstos para concessão do reajuste, necessária a aplicação do índice de correção pactuado, sendo o impacto financeiro do reajuste o valor de R\$ 121,38 (cento e vinte um reais e trinta e oito centavos). Sendo assim,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

haverá necessidade de atualização dos valores da Carta-contrato n. 24/2019 ([0482208](#)), fixando seu novo valor devido ao impacto do referido reajuste aplicado. Assim, o valor total atualizado desta Carta-Contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 2.264,04 (dois mil duzentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), consoante a Subcláusula Segunda da CLÁUSULA SEGUNDA da minuta de Termo Aditivo n. [1090101](#).

No que diz respeito à inclusão do item 26 na CLÁUSULA SÉTIMA da Carta-Contrato n. 24/2019/TRE-RO (evento 0482208), para inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução n. 31/2023/TRE-RO, não há óbice à operacionalização da medida, em respeito as disposições trazidas pela Resolução CNJ n. 351/2020.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) autorizo o reajuste do valor da Carta-Contrato n. 24/2019 ([0482208](#)) no percentual de 4,819% (quatro inteiros e oitocentos e dezenove milésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de novembro de 2022 a outubro de 2023, com efeitos financeiros sobre a Contratação mencionada a partir de outubro de 2023, com fundamento no art. 40, inciso XI; e art. 55, inciso III, ambos da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato n. 24/2019; e

b) autorizo a inclusão do item 26 na Cláusula Sétima da Carta-Contrato, que diz respeito a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, regulamentado neste Regional por meio da Resolução TRE-RO n. 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução CNJ n. 351/2020.

À SAOFC para prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 07/12/2023, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1093455** e o código CRC **C1BE793A**.